

Citibank quer que país pague US\$ 230 milhões

SÃO PAULO — O presidente do Citibank/Citicorp, Antônio Boralli, afirmou ontem que a instituição americana — o maior credor privado do Brasil, com ativos de US\$ 5 bilhões com o país — considera importante que o próximo governo honre pelo menos um de seus compromissos ainda pendentes com a comunidade financeira internacional, pagando US\$ 230 milhões de juros atrasados da dívida externa que venceram em novembro do ano passado.

Com este gesto, segundo ele, o novo governo poderia encaminhar a normalização das relações do país com o sistema financeiro internacional, de modo a adquirir a confiança e apoio dos bancos credores em relação ao projeto de estabilização da economia interna. Da parte do Citi, existe a intenção de investir mais de US\$ 400 milhões nos próximos três anos em projetos de privatização com recursos da dívida externa convertidos em investimento, depois que a situação com os credores seja definida.

A disposição do Citi de investir no Brasil, segundo Boralli, seria seguida pela maioria dos bancos credores estrangeiros. O pleito para que o governo fizesse este desembolso, aliás, foi realizado em janeiro, quando da visita de algumas horas do presidente mundial do Citibank, John Reed, ao presidente José Sarney e ao presidente eleito Fernando Collor de Mello, em encontros realizados em Brasília. "Continuamos achando que para o

Brasil seria importante pagar o vencimento de novembro. Este compromisso que é negligenciável no contexto das reservas cambiais brasileiras, seria de muita importância para mostrar a diferença do dinheiro novo com a dívida velha", explicou Boralli.

Normalidade — Na avaliação do presidente do Citi no Brasil, a principal tarefa do novo governo, no que se refere à solução da dívida externa, será estabelecer uma negociação que traga a normalidade no relacionamento do país com os credores internacionais. Esta normalização, de acordo com Boralli, tornaria mais fácil a decisão de investimento que seria subsequente à negociação. Ao tomar posse, Collor de Mello terá acumulado um total de cerca de US\$ 5 bilhões de juros atrasados com os banqueiros internacionais.

Somente o pagamento desta parcela, porém, não será suficiente. O Brasil precisa, também, se comprometer a cumprir o que for acordado na mesa de negociações com o comitê de credores. O último acordo realizado entre o Brasil e os bancos, em 1988, previa, por exemplo, a realização de operações de *relending* (reempréstimo de dívidas) e conversão de dívida sem desconto a partir de setembro do ano passado; projetos que foram suspensos pelo governo. O Citi, conforme Boralli, converteu US\$ 80 milhões da dívida brasileira em investimento produtivo no país.